

# **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO**

## **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 644, DE 2003.**

TVR 712/2002

MSC 305/2001

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Atalaia de Sergipe Ltda, para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Simão Dias, Estado de Sergipe.

**Autor:** COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

**Relator:** Deputado VICENTE CASCIONE

### **I – RELATÓRIO**

O Poder Executivo enviou a esta Casa a Mensagem nº 305, de 2001, obedecendo aos princípios constitucionais instituídos pelo inciso XII do art. 49, combinado com os §§ 1º e 3º do art. 223 de nossa Carta Magna, que submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 26 de março de 2001, que renova a concessão da Rádio Atalaia de Sergipe Ltda. Para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Simão Dias, Estado de Sergipe.

A matéria foi analisada, inicialmente, pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, que, cumprindo sua competência regimental, unanimemente, aprovou o parecer do Relator, o nobre Deputado Ricardo Izar, à TVR nº 2.656/2002, nos termos do anexo Projeto de Decreto Legislativo.

Na forma do art. 32, III, alínea “a”, do Regimento Interno, tal proposição vem a COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO, para a análise de seus aspectos constitucional, legal, jurídico, regimental e de técnica legislativa.

É o relatório.

## II – VOTO DO RELATOR

O art. 21, XII, “a”, da Constituição Federal de 1988, dispõe:

“ Art. 21. Compete à União:

.....  
XII – explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou  
permissão:  
a) os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens;  
.....”

Além disto, nesta linha de raciocínio, estabelece o inciso XII, do art. 49 de  
nossa Carta Magna:

“ Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:  
.....  
XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de  
emissoras de rádio e televisão;  
.....”

Por fim, rezam os §§ 1º, 3º e 5º do art. 223 da mesma Carta Política:

“ Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar  
concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão  
sonora e de sons e imagens, observado o princípio da  
complementariedade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º. O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, §§ 2º  
e 4º, a contar do recebimento da mensagem.

.....  
§ 3º. O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais  
após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos  
anteriores.

.....  
§ 5º. O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as  
emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.”

Como se vê, a proposição em tela está em conformidade com as disposições  
constitucionais transcritas, não havendo ainda óbices que vulneram a sua juridicidade e

legalidade, bem como a sua boa técnica legislativa, conforme as normas da Lei Complementar nº 95, de 1998.

Assim, nosso voto é pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa do Projeto de Decreto Legislativo nº 644, de 2003.

Sala da Comissão, em      de novembro de 2003.

Deputado VICENTE CASCIONE  
Relator